

## Rescisão de delação e malas de Geddel foram destaque em setembro

A [prisão do irmãos Joesley e Wesley Batista](#), donos da JBS, e do lobista do Grupo J&F Ricardo Saud foi um dos assuntos que movimentaram o mês de setembro. A [decisão foi tomada pelo ministro Luiz Edson Fachin](#), do Supremo Tribunal Federal, após a Procuradoria-Geral da República acusá-los de esconder informações importantes na colaboração premiada.

Em conversa gravada, Joesley Batista e Ricardo Saud indicam que o ex-procurador da República [Marcelo Miller atuou como “agente duplo”](#) durante as discussões para o acordo, tentando convencer a PGR a aceitar a colaboração.

Com isso, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, declarou que a delação foi rescindida, mas só do lado dos benefícios concedidos aos executivos, sem atingir as provas apresentadas. Ele deixou o cargo no dia 18 de setembro, deixando a cadeira para [Raquel Dodge](#).



[Janot denuncia Lula, Dilma, Palocci e outros nomes ligados ao PT;](#)  
[Fachin retira sigilo de conversa em que delatores da J&F citam ministros do STF;](#)  
[Congresso instala CPI para investigar operações da JBS com o BNDES](#)

[Ministros do STF discutem citações de delatores a membros da corte;](#)  
[Celso de Mello pede investigação sem sigilo](#)

[Geddel Vieira Lima é preso;](#)  
[CNMP cria acordo de não persecução penal](#)

[Joesley Batista e Ricardo Saud são presos](#)

[STF rejeita pedido de Temer para declarar suspeição de Janot;](#)  
[OAB suspende carteira do ex-procurador Marcello Miller por 90 dias;](#)  
[Resolução encerra bitributação do Funrural](#)

[PGR denuncia Temer e outros membros do PMDB por corrupção e obstrução de Justiça](#)

[Raquel Dodge assume a PGR](#)

[Lula vira réu pela 7ª vez, acusado de vender MP para montadoras;](#)  
[Câmara rejeita distritão e mantém voto proporcional para deputados](#)

[Sérgio Cabral é condenado a 45 anos e 2 meses de prisão](#)

[Senado aprova fundo eleitoral com recurso de emendas parlamentares;](#)  
[TSE manda soltar Anthony Garotinho](#)

[STF permite ensino religioso confessional nas escolas públicas;](#)  
[Câmara aprova fim das coligações em 2020](#)

### **Dinheiro misterioso**

No começo do mês, a Polícia Federal descobriu malas e caixas com mais de R\$ 51 milhões em um apartamento na Bahia. O dinheiro foi atribuído ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB), que acabou [preso três dias depois](#) — e logo em seguida [enviado para a domiciliar](#).

Divulgação/PF



Malas e caixas encontradas pela PF no dia 5/9, atribuídas a Geddel Vieira Lima.  
Divulgação/PF

Segundo a PF, ele é suspeito de participar de fraudes na liberação de créditos da Caixa Econômica Federal entre 2011 e 2013 — período em que era vice-presidente de Pessoa Jurídica da instituição.

O Ministério Público Federal acusa ainda o ex-ministro de receber mais de R\$ 20 milhões do financista Lúcio Funaro em troca de intermediar a liberação de empréstimos a empresas do Grupo J&F.

Image not found or type unknown



## Religião nas escolas

Com uma reviravolta no placar, o Supremo Tribunal Federal definiu em setembro que é [constitucional o ensino religioso confessional](#) na rede pública de ensino. O [voto divergente do ministro Alexandre de Moraes](#) prevaleceu em relação ao do [relator, Luís Roberto Barroso](#), por 6 votos a 5.

A Procuradoria-Geral da República questionava trechos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação sobre o assunto, assim como acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé (Decreto 7.107/2010). Para a maioria dos ministros, matrículas facultativas respeitam a laicidade do Estado e a liberdade de crença da população.

O ministro Alexandre de Moraes afirmou que quem optar por cursar a disciplina poderá escolher a crença preferida, e a escola deverá ter professores vinculados a essa religião para dar aula sobre o tema.

## Poderes do MP

O Conselho Nacional do Ministério Público permitiu que promotores e procuradores de todo o país fechem acordo de não-persecução penal com suspeitos de crimes sem violência ou grave ameaça: o investigado deve confessar o delito e, em troca, não será alvo de ação. [Revelada pela ConJur](#), a regra passou por [mudanças em dezembro](#), depois de questionada pela magistratura e pela advocacia no STF.



## Entrevista do mês

---

Em setembro, a **ConJur** conversou com o criminalista **Nelio Machado**. Para o advogado, assim como aconteceu com a ditadura, [um dia pedirão desculpas por glorificar as delações premiadas](#) e tornarem esse instrumento a base do processo penal, desrespeitando direitos e garantias fundamentais.

**Leia outras entrevistas:**

\* **Henrique Ávila**, do Conselho Nacional de Justiça: ["Sociedade não suporta mais aposentadoria como punição máxima para juiz"](#)

\* **Márcio Elias Rosa**, presidente da Fundação Casa: ["Brasil precisa definir medidas além da internação para jovens infratores"](#)

\* **Jayme de Oliveira**, presidente da AMB: ["Votação universal para presidência de tribunais ajudará na reforma do Judiciário"](#)

\* **Raquel Alves**, tributarista e assessora de Luiz Fux: ["Centralização da arrecadação fiscal pela União agrava a crise econômica e política"](#)

\* **Luis Inácio Adams**, ex-advogado-geral da União: ["Responsabilização de advogado por planejamento tributário é intolerável"](#)

**Date Created**

28/12/2017